

CREMESP

Publica Parecer-consulta sobre manequins vivos

A demonstração de equipamentos de ultra-som com a utilização de manequins vivos, principalmente de gestantes, sempre causou um certo constrangimento aos médicos brasileiros, e muito mais aos estrangeiros, que são eminentes professores e sempre se surpreendiam com o fato de ter gestantes no Brasil, em demonstração de equipamentos. Isso sempre foi um acontecimento que incomodou as lideranças das entidades da radiologia.

Segundo o Dr. André Scatigno Neto, conselheiro do CREMESP e ex-presidente da Sociedade Paulista de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (SPR), três preocupações motivaram a decisão de normatizar o assunto. A primeira está relacionada com a questão da gestante permanecer de seis a oito horas continuamente sendo submetida à ultra-sonografia. Eventualmente o ultra-som e especialmente o uso de Doppler poderia causar algum dano ou efeito colateral ao feto porque não existe estudo a respeito, visto que as pesquisas foram baseadas em exames temporais, a cada dois ou três meses. Mais quem fica durante três dias sendo submetida ao ultra-som, está contínua e constantemente recebendo uma onda ultra-sonora e seu feto também, além das consequências futuras serem desconhecidas.

A segunda preocupação, adveio dos últimos três a quatro anos, devido a Bioética, em que muitos estudiosos entendem que o feto é dono de sua autonomia. A terceira foi quando o Prof. Dr. Giovanni Cerri assumiu a presidência na World Federation for Ultrasound in Medicine and Biology (WFUMB), e ficou sabendo que lá existia uma questão igual.

De acordo com o Dr. Scatigno, a gota d'água aconteceu em um congresso de um país da América Latina, onde foi colocada uma gestante no palco para que aproximadamente 200 congressistas pudessem acompanhar o exame ao vivo. Então, muitos ficaram extremamente constrangidos com toda aquela situação, da grávida, do feto, porque virou um evento muito comercial. Como o Prof. Cerri também queria levar uma recomendação de não-utilização de manequim vivo para debate na WFUMB e precisava de algum elemento para alavancar esse pleito, apesar da existência de uma série de outros fatores, após muito debate no CREMESP, foi unânime a votação dos 42 conselheiros favoráveis à recomendação. Então foi assim, que nasceu este Parecer.

"O Conselho não podia proibir, então nós recomendamos às empresas que estivessem na JPR' 2007 que não levassem gestantes, estas foram extremamente atenciosas e concordaram com a não-exibição de grávidas. Isso foi pioneiro no Brasil, mas gerava um desconforto mundial e o Prof. Cerri pretende levar esse nosso parecer para a WFUMB, a fim de que a federação faça também uma normativa que contra-indique ou que recomende o mesmo", explicou o Dr. Scatigno.

Conheça na íntegra o Parecer-Consulta que trata do assunto comentado.

CONSULTA Nº 24.751/07

Assunto: Congressos e Eventos das diferentes especialidades, ser vedada ou não a demonstração prática de equipamentos em que ocorra a participação de "manequins vivos", especialmente gestantes.

RELATOR: Conselheiro Henrique Carlos Gonçalves.

EMENTA: O CREMESP recomenda que nos Congressos e Eventos das diferentes especialidades, seja vedada a demonstração prática de equipamentos em que ocorra a participação de "manequins vivos", especialmente gestantes. Tal fato pode implicar em infração aos artigos 4º, 9º, 10, 63, 65 e 104 do Código de Ética Médica.

Parecer do CREMESP sobre a demonstração prática de equipamentos em que ocorra a participação de pacientes ou pessoas quaisquer, especialmente gestantes, em Congressos e Eventos das diferentes especialidades.

PARECER

O Conselho Regional de Medicina, como entidade de fiscalização e de promoção do desempenho ético da profissão médica, atuando como órgão da sociedade, de proteção à saúde da população e da dignidade do exercício da Medicina, recomenda que nos Congressos e Eventos das diferentes especialidades, seja vetada a demonstração prática de equipamentos em que ocorra a participação de "manequins vivos", especialmente gestantes.

Tal fato pode implicar em eventuais infrações ao Código de Ética Médica, no que reza os artigos: 4º, 9º, 10, 63, 65 e 104, a saber:

CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 4º - Ao médico cabe zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão.

Artigo 9º - A Medicina não pode, em qualquer circunstância ou de qualquer forma, ser exercida como comércio.

Artigo 10 - O trabalho médico não pode ser explorado por terceiros, com objetivos de lucro, finalidade política ou religiosa.

CAPÍTULO V - RELAÇÃO COM PACIENTES E FAMILIARES

É vedado ao médico:

Artigo 63 - Desrespeitar o pudor de qualquer pessoa sob seus cuidados profissionais.

Artigo 65 - Aproveitar-se de situações decorrentes da relação médico-paciente para obter vantagem física, emocional, financeira ou política.

CAPÍTULO IX - SEGREDO MÉDICO

Artigo 104 - Fazer referência a casos clínicos identificáveis, exibir pacientes ou seus retratos em anúncios profissionais ou na divulgação de assuntos médicos em programas de rádio, televisão ou cinema, e em artigos, entrevistas ou reportagens em jornais, revistas ou outras publicações legais.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Conselheiro Henrique Carlos Gonçalves

Aprovado na 3.620ª Reunião Plenária, realizada em 23.02.2007.

Homologado na 3.627ª Reunião Plenária, realizada em 06.03.2007.